

**REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº 030/2023, DE 07 DE JULHO DE 2023, ELABORADO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO APROVADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10/07/2023.**

**ESTABELECE NORMAS PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO RÁDIO BASE – ERB, MICROCÉLULA DE TELEFONIA CELULAR E EQUIPAMENTOS AFINS.**

**Art. 1º** O pedido de licenciamento ambiental para instalação de Estação Rádio-Base - ERB, Microcélula de Telefonia Celular e equipamentos afins deve ser protocolado junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme determinação da presente Lei, devendo o empreendedor requerer análise das seguintes licenças ambientais:

**I** - Licença Prévia - LP: na fase preliminar do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais e federais de uso e ocupação do solo;

**II** - Licença de Instalação - LI: autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do projeto executivo aprovado;

**III** - Licença de Operação - LO: autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto na licença prévia e de instalação.

**§ 1º** É vedada a instalação e operação de ERB, Microcélula de Telefonia Celular e equipamentos afins sem o devido licenciamento ambiental, aprovado pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente.

**§ 2º** As Licenças Ambientais, das Estações Rádio Base – ERB, Microcélula de Telefonia Celular, terão validade e taxa de custos à expedição e fiscalização pública, conforme especificações:

a - **Licença Prévia** - terá validade de no máximo 01 (um) ano, mediante o pagamento de uma taxa no valor de 870 (oitocentos e setenta) URM – Unidade de Referência Municipal.

b - **Licença de instalação** - terá validade de no máximo 02 (dois) anos, mediante o pagamento de uma taxa no valor de 1.740 (mil setecentos e quarenta) URM – Unidade de Referência Municipal.

c - **Licença de operação** - terá validade de no máximo 02 (dois) anos, mediante o pagamento de uma taxa no valor de 1.740 (mil setecentos e quarenta) URM – Unidade de Referência Municipal.

**§ 3º** A licença de Instalação poderá ser renovada por igual período de tempo, mediante o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa da licença original.

**§ 4º** As LO (Licença de Operação) deverão ser renovadas, pelo interessado, cuja solicitação deverá ser requerida com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, de seu vencimento.

**§ 5º** A estrutura física (tore) das estações ERB - Estação Radio Base, deverão manter alvará de habite-se, junto a autoridade municipal competente.

**§ 6º** A licença de operação poderá substituir o alvará de localização e funcionamento, devido junto ao setor de fiscalização da Secretaria Municipal de Administração Fazenda e Planejamento.

**Art. 2º** Para encaminhamento do pedido de LP o empreendedor deve apresentar os seguintes documentos:

**I** - requerimento ao Departamento Municipal de Meio Ambiente solicitando a obtenção da LP para se localizar;

**II** - plantas de situação e elevação do terreno;

**III** - comprovante de propriedade e/ou locação do espaço destinado à instalação de ERB, Microcélula de Telefonia Celular e equipamentos afins;

**IV** - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

**V** - relatório fotográfico comentado do entorno, devendo contemplar a situação local sem instalação e com a fotomontagem da situação proposta;

**VI** - localização em planta, na escala de 1:2.000, das atividades, prédios e serviços num raio de 100 (cem) metros do ponto de localização da ERB;

**VII** - comprovante de pagamento dos custos do serviço de licenciamento;

**VIII** - para o compartilhamento de infra-estrutura deverá ser apresentado memorial técnico descritivo com apresentação detalhada da proposta.

**Art. 3º** Após o fornecimento da LP o interessado deve requerer a LI, apresentando a seguinte documentação:

**I** - requerimento ao Departamento Municipal de Meio Ambiente solicitando a obtenção da LI do empreendimento;

**II** - projeto paisagístico contemplando as determinações estabelecidas na LP;

**III** - memorial técnico descritivo;

**IV** - laudo técnico assinado por físico ou engenheiro da área de radiação, acompanhado de ART;

**V** - apresentação de cópia de LP emitida pelo Departamento Ambiental do Município;

**VI** - plantas baixas de todas as construções, prédios e pavimentos;

**VII** - cortes e fachadas;

**VIII** - cronograma de execução;

**IX** - comprovante de pagamento dos custos do serviço de licenciamento ambiental;

**X** - para estruturas com compartimento deverá ser apresentado laudo radiométrico teórico com os resultados dos níveis de densidade e de potência individuais e conjuntos, em conformidade com o disposto no artigo 6º.

**Art. 4º** Para encaminhamento do pedido de LO a operadora do sinal deve apresentar os seguintes documentos:

**I** - requerimento ao Departamento Municipal de Meio Ambiente solicitando a obtenção da LO do empreendimento;

**II** - apresentação da LI em nome do(a) proprietário(a) da estrutura física (tore), emitida pelo Departamento Ambiental do Município, bem como alvará de habite-se, expedido pela autoridade municipal competente, conforme art. 1º §5º da presente Lei;

**III** - declaração de que o empreendimento atende as exigências específicas nas licenças ambientais;

**IV** - comprovante de pagamento dos custos do serviço de licenciamento ambiental;

**V** - para estruturas com e sem compartilhamento deverá ser apresentado laudo radiométrico medido, conforme normas vigentes, com os resultados dos níveis de densidade e de potencia individuais e conjuntas, em conformidade com o disposto no artigo 6º desta Lei, assinado por profissional competente da área de radiação, acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, específica e pontual para o empreendimento objeto da licença;

**Art. 5º** O laudo técnico deve apresentar as características das instalações, contendo obrigatoriamente:

**I** - faixa de frequência de transmissão;

**II** - número máximo de canais e potência máxima irradiada da antena quando o número máximo de canais estiver em operação;

**III** - a altura, a inclinação em relação à vertical e o ganho de irradiação das antenas;

**IV** - a estimativa de densidade máxima de potência irradiada (quando se tem o número máximo de canais em operação), bem como os diagramas verticais e horizontais de irradiação da antena, grafitados em plantas, contendo indicação de distâncias e respectivas densidades de potência;

**V** - a estimativa de distância mínima da antena, para o atendimento do limite de densidade de potência estabelecido no artigo 6º adiante;

**VI** - indicação de medidas de segurança a serem adotadas, de forma a evitar o acesso do público em zonas que excedam o limite estabelecido nos incisos do artigo 7º adiante.

**Art. 6º** Para obtenção das licenças ambientais devem ser observadas as seguintes condições e restrições, quanto da implantação do empreendimento:

**I** - para a implantação de equipamentos de que trata a presente norma, serão adotadas as recomendações da Resolução ANATEL nº 700, de 28 de setembro de 2018, que aprova o Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação, e Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, entre 9 (nove) kHz e 300 (trezentos) GHz;

**II** - Os limites de exposição ocupacional e da população em geral a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados pelas Estações Radio Base de Telefonia Celular, em todo o território do município, são os recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), conforme estabelecido na Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

**Art. 7º** E vedada à instalação de ERB, Microcélula de Telefonia Celular e equipamentos afins nas seguintes situações:

**I** - em áreas verdes, praças e parques urbanos;

**II** - em área com distância menor que 100 (cem) metros de estabelecimentos de ensino de educação básica e APEA;

**III** - no entorno de equipamentos de interesse sócio-cultural, ambiental e

paisagístico;

**IV** - quando a altura e a localização interferirem nos aspectos paisagísticos e urbanísticos do entorno e da região;

**V** - quando o ponto de emissão de radiação de antena transmissora esteja a uma distância inferior a 100 (cem) metros das edificações das áreas de acesso e circulação onde estiverem instalados centros de saúde com internação, hospitais;

**VI** - em área com uma distância horizontal inferior a 100 (cem) metros, contados do eixo da torre de ERB regularmente já instalada.

**Parágrafo Único:** Poderá ser instalado ERB, Microcélula de Telefonia Celular, em distância inferior que dispõe os incisos II e V da presente Lei, não podendo ser inferior a 50 (cinquenta) metros, definida como área crítica, Lei nº 11.934/2009 art. 3º I. Para esta situação a operadora do sinal de telefonia celular, deverá efetuar avaliação de medições de conformidade dos níveis de CEMRF - Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências, entre 8,3 kHz e 300 GHz, com periodicidade anual.

**Art. 8º** As antenas transmissoras poderão ser instaladas em topo de edificações com mais de 3 (três) pavimentos, mediante a apresentação de autorização do proprietário do prédio ou da ata da assembleia do condomínio.

**Art. 9º** Após a conclusão da obra deve ser solicitada ao Departamento de Engenharia, vistoria para verificar se a mesma está em conformidade com o licenciado, emitindo-se certidão que será anexada ao pedido de LO.

**Art. 10** A fiscalização do atendimento da presente Lei, são de responsabilidade do Departamento Ambiental de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

**§ 1º** A avaliação das radiações deve conter medições de níveis de densidades de potência, em qualquer período de 30 (trinta) minutos, em situação de pleno funcionamento da ERB, ou seja, quando estiver com todos os canais em operação.

**§ 2º** Na impossibilidade de garantir que todos os canais estejam simultaneamente acionados, as medições devem ser realizadas em diferentes dias e horários, de forma a garantir que os horários de maior tráfego telefônico da ERB sejam considerados.

**§ 3º** A densidade de potência deve ser medida por integração das faixas de frequência na faixa de interesse, com equipamentos calibrados em laboratórios credenciados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - INMETRO, dentro das especificações do fabricante.

§ 4º As antenas somente poderão ser colocadas em funcionamento. após a liberação da Licença de Operação - LO, atendidas as exigências dos demais setores da Administração Municipal, devendo a área da torre estar devidamente identificada com placa sinalizando "ACESSO PROIBIDO", medindo 70 cm (setenta centímetros) de largura por 40 cm (quarenta centímetros) de altura, contendo, ainda, os seguintes dados técnicos:

I - nome do empreendedor;

II - telefone para contato;

III - nome do responsável técnico.

§ 5º Por ocasião da liberação para operação, bem como para renovação da licença, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deve exigir laudo radiométrico assinado por físico ou engenheiro da área de radiação, com a devida ART, específica e pontual para o empreendimento objeto da licença.

§ 6º No laudo radiométrico deve constar levantamento dos níveis de densidade de potência nos limites da propriedade da instalação, edificações vizinhas e que apresentarem altura similar ou superior aos pontos de transmissão e de áreas julgadas sensíveis às radiações eletromagnéticas, em conformidade com o estabelecido no artigo 7º retro.

**Art. 11** O licenciamento de que trata a presente Lei pode ser cancelado a qualquer tempo se comprovado o prejuízo ambiental e sanitário e que esteja diretamente relacionado com a localização do equipamento, a partir de legislação federal e estadual superveniente que venha a regradar este assunto.

**Parágrafo único:** No caso de o licenciamento deferido pela municipalidade ser cancelado, a empresa responsável deve suspender o funcionamento da ERB, Microcélula de Telefonia Celular e equipamentos afins em 24 (vinte e quatro) horas, contadas da ciência do cancelamento.

**Art. 12** As ERB's, Microcélulas de Telefonia Celular e equipamentos afins que estiverem instalados em desconformidade com o ora determinado, a partir da publicação desta Lei, devem ser adequados pelos interessados em um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 13** As penalidades aplicadas, tendo em vista procedimentos que estiverem em desacordo com as recomendações ambientais e sanitárias, são as contidas na presente Lei, bem como daquelas contidas na Lei Federal nº 9.605, de 12/02/1998, e seus decretos regulamentadores, e Lei Municipal nº 1.548, de 31/12/2018, sem prejuízo aquelas que passarem a ser previstas em legislação, municipal, estadual e federal.

**Art. 14** As situações peculiares para instalação de ERB, Microcélula de Telefonia Celular e equipamentos afins, que não se enquadrarem na presente Lei, devem ser analisadas e encaminhadas caso a caso.

**Art. 15** Fica determinada a obrigatoriedade da realização de estudos ambientais para instalação de novas ERB's, Microcélulas de Telefonia Celular e equipamentos afins.

**§ 1º** Entende-se por estudos ambientais todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais e sanitários relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

**§ 2º** Para as antenas instaladas anteriores da data de publicação da presente Lei, devem ser realizados estudos sobre análise de risco ambiental e sanitário, num prazo de 6 (seis) meses a contar da presente data, devendo os mesmos ser entregues à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

**§ 3º** As despesas decorrentes dos estudos ambientais e/ou estudos e dados complementares para cada caso, requeridos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, correrão por conta do(s) empreendedor (es).

**Art. 16** As questões não contempladas na presente Lei, serão decididas e embasadas em legislação Federal e Estadual vigentes.

**Art. 17** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.479, de 27/12/2017.

**Art. 18** Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO, EM 10 DE JULHO DE 2023.**

Ver. Vilmar Soares da Silva/PDT (Presidente)

Ver<sup>a</sup>. Andrea Cristina de Oliveira/PTB (Membro)

Ver. Maikon Luz Vicente/PDT (Membro)

Ver. Douglas Rafael Allebrand/UNIÃO (Membro Suplente)